

Mobilização popular e democrática para vencer as forças reacionárias

1 A campanha pelas *diretas-já* constitui um dos acontecimentos marcantes da história do país. Reuniu em praça pública milhões de brasileiros em manifestações gigantescas de oposição ao continuísmo. Cerca de 95% da população aderiu à idéia de eleger diretamente e agora o sucessor do general Figueiredo. Em poucos meses de campanha generalizou-se — não só nas grandes cidades mas em todos os recantos da pátria — o sentimento de condenação ao atual regime e de exigência de um novo sistema democrático a ser posto em prática sem mais tardança. Embora não tenha ainda alcançado sua finalidade, a campanha obteve êxitos consideráveis. A participação maciça do povo nas ruas, em comícios e passeatas, mudou o cenário político. Cresceu o nível de consciência das massas, acentuou-se o anseio de unidade das forças populares e democráticas. O governo, desacreditado e desmoralizado, revelou-se minoritário, sem condições de prosseguir à frente da Administração federal. Tornou-se evidente que a nação não quer nem admite a continuação do regime dos generais. Esta a característica principal da presente situação.

2 O governo de Figueiredo, mesmo evitando a aprovação da emenda Dante de Oliveira, saiu derrotado da batalha travada no Congresso. Mal conseguiu agrupar entre os 479 membros da Câmara dos Deputados 180 seguidores de sua orientação. Viu-se obrigado a aceitar a tese das eleições diretas, postergando-as porém para 1988. Desmascarou-se com a decretação das medidas de emergência em Brasília e Goiás, com a violência empregada contra o povo, a imprensa e até deputados no exercício de seus mandatos, com os atos vergonhosos proibindo a transmissão pelo rádio e TV da votação daquela emenda. Esse procedimento testemunha que o governo não se dispõe a fazer sequer concessões democráticas, aferra-se ao autoritarismo, à defesa dos interesses da oligarquia reacionária, entreguista e corrupta que ocupa o poder. Não obstante as dificuldades que o cercam, o gen. Figueiredo esforça-se por reassumir o comando das forças dispersas em que se apóia.

Governo não quer aceitar o fato do fim do regime

3 A emenda constitucional enviada pelo Planalto ao Congresso e apresentada como base para um acordo nacional não faz modificações essenciais na Carta outorgada por uma Junta Militar em 1969. Se bem que corrija certos aspectos negativos não fundamentais dessa Carta, mantém o seu caráter antidemocrático, reacionário. Não toca nos dispositivos que configuram a introdução do Ato Institucional nº 5 na Constituição, como o estado e as medidas de emergência, instrumentos de arbítrio já aplicados por duas vezes e que resultaram em pressões e violências contra o povo e o Poder Legislativo. Tampouco altera o inciso que dá ao Conselho de Segurança Nacional, sob o controle dos militares, atribuições de "estabelecer os objetivos nacionais permanentes e as bases para a política nacional". Toda a estrutura restritiva das liberdades públicas, dos direitos de livre organização e de manifestação do pensamento, de julgamento de civis pela Justiça Militar é conservada. Um dos propósitos do governo ao enviar essa emenda ao Congresso, na qual defende o Colégio Eleitoral para a eleição do sucessor de Figueiredo, é tentar esvaziar a luta por uma Assembléia Constituinte que se impõe urgentemente. Ele quer dar a impressão que estaria aperfeiçoando a democracia no Brasil.

4 Após os embates de 25 de abril, o tom que se procura imprimir ao processo político em curso é o da *negociação*. Argumenta-se que não haveria outra saída para a situação atual, pois nem o governo reúne elementos suficientes para impor seus pontos de vista, nem os opositoristas contariam com a maioria necessária de 2/3 no Congresso. Diz-se que a recusa da oposição ao "entendimento" poderia determinar um retrocesso político. A correlação de forças, porém, não justifica esse prognóstico. O regime militar acha-se em decomposição, já não pode manter-se por muito tempo sem o risco de enfrentar graves comoções sociais, enquanto as correntes democráticas e populares têm do seu lado o forte impulso do movimento de massas. A *negociação* tal como a entendem os círculos militares outra coisa não é que a tentativa de frear a marcha do povo brasileiro em busca de um futuro melhor para o Brasil, de sustentar o arcabouço reacionário do regime antinacional e antipopular, de ganhar tempo para recompor suas fileiras em desagregação. O governo não está disposto a aceitar o fato indiscutível de que o regime militar chegou ao fim e se torna imprescindível passar à sociedade civil o comando da saída política para a presente situação, o que significa, antes de mais nada, admitir sem restrições as eleições diretas imediatas. A *negociação* está colocada em termos de que a luta se transfira para o âmbito do Congresso, entre as cúpulas partidárias, e em estreita ligação com o Planalto; o movimento popular deveria cessar, os comícios e manifestações públicas já não teriam razão de ser, uma vez que acarretariam radicalismos.

A saída menos conflitante hoje é Diretas - Já

Mas o povo na rua reclamando *diretas-já* é precisamente, a marca da democracia nascente. Foi o povo que abriu espaço no quadro político, que determinou a modificação substancial da correlação de forças. É um movimento que apenas se inicia, incontável porque exprime a vontade soberana da nação. O papel que representa para o avanço democrático não pode ser substituído pelos conchavos de bastidores. A *negociação* relaciona-se também com a intenção do governo de dividir as forças oposicionistas. Acenando com a possibilidade de satisfazer ambições pessoais de certas personalidades políticas ou interesses de grupos regionais, o Planalto tenta abrir brecha na unidade das correntes que sustentam a campanha pelas *diretas-já*; estimula os setores moderados, os que pretendem tão somente obter concessões do governo e alargar a chamada abertura patrocinada por Figueiredo. Aqueles que adotam tal posição divorciam-se do povo que reclama ampla unidade de todas as forças efetivamente democráticas com vista à liquidação do regime autoritário. Não se pode negociar a vontade expressa da nação, patenteada nas maiores manifestações já realizadas no Brasil em prol de eleições imediatas para a Presidência da República. O governo quer negociar manietando o povo, impedindo-o de se pronunciar em praça pública, empregando o terrorismo contra a população e seus órgãos representativos. São inaceitáveis as propostas de Figueiredo e seus parceiros. O governo de quatro anos que propõem, saído de um Colégio Eleitoral falsificado e indecoroso, não corresponde às aspirações nacionais, é um engodo. O Brasil exige medidas urgentes para fazer frente à grave crise que atravessa e o primeiro passo é extinguir definitivamente o regime militar com a eleição direta para presidente da República, com a garantia das liberdades e a convocação de uma Assembleia Constituinte.

5 Qualquer entendimento que seja necessário efetuar-se, não poderá realizar-se às escondidas, sem a participação do povo, de suas entidades mais representativas, das distintas correntes da opinião pública. E seu objetivo terá de ser a superação da crise político-institucional através da saída democrática. As eleições *diretas-já* são, nas circunstâncias atuais, o meio menos conflitante, menos doloroso, menos desgastante para solucionar o impasse político que o país defronta. Com referência ao tipo de governo que possa emergir dos debates políticos, não se pode excluir a possibilidade de um governo de transição que não pode ser entendido como de compromisso com o regime militar. Ao contrário, só poderá ser um governo de ruptura com tal regime de curta duração e aprovado pelas massas, sua função principal seria estabelecer o clima de amplas liberdades, de liquidação dos casuísmos e leis arbitrárias, de convocação da Constituinte, de aplicação de um plano de emergência para atender os problemas cruciantes do país e das grandes massas da população. Um governo que preparasse as condições, com a livre manifestação e organização do povo, tendentes à formulação de um novo regime para o país.

6 Os trabalhadores, os democratas e patriotas estão atentos à questão das candidaturas à Presidência da República. Justifica-se a apresentação de um candidato único das oposições. Mas esse candidato precisará contar com a confiança das massas. Sua escolha deverá realizar-se em convenção nacional que reúna os diversos setores oposicionistas, inclusive os representantes das entidades sociais de maior expressão, bem como os partidos de influência popular ainda não reconhecidos oficialmente.

Só o povo na rua poderá alcançar a democracia

7 O fator fundamental para vencer a resistência das forças reacionárias e alcançar efetivas conquistas democráticas é a mobilização popular em ampla escala, tendo por base a unidade das correntes e setores que a integram. O governo dos generais não cederá facilmente, recorrerá, como a experiência vem demonstrando, a medidas coercitivas contra a maioria da nação na esperança de, assim, manter as posições de mando. Somente o povo na rua, a ação vigorosa das massas na defesa de seus direitos, respaldados pela atuação de seus representantes no Congresso, Assembléias e Câmaras Municipais, e também por governadores e prefeitos de postura democrática, serão capazes de derrotar a reação e a intransigência dos militares. O povo tem todo o direito de se manifestar publicamente, de exigir a satisfação de seus anseios. A radicalização do movimento popular não surge por si mesma. Os enfrentamentos são inevitáveis na medida em que o governo procura tolher abusivamente a luta legítima das massas. Vigilante contra a atividade de provocadores a serviço dos órgãos repressivos, o movimento democrático, sem precipitações injustificáveis, precisa recorrer às mais diversas formas de combate, entre as quais as demonstrações de grande envergadura que provocam ser eficiente instrumentos de ação política.

8 A luta em que se empenha a maioria da nação não se limita a eleições diretas-já. Estas constituem importante passo na caminhada democrática visando à solução dos problemas nacionais. Extremamente grave é a situação brasileira. A crise aprofunda-se, o nível de vida da população cai continuamente, o desemprego, a fome e a miséria estendem-se por toda a parte. O Brasil continua espoliado brutalmente pelos banqueiros internacionais; paga dívidas e juros de dívidas pesadíssimos que trazem dificuldades imensas a todos os brasileiros. O país necessita de um novo governo, de um governo de conteúdo democrático e popular que assegure a liberdade, e crie condições às mudanças profundas que o povo reclama. O Partido Comunista do Brasil considera que a situação atual não pode perdurar, causa danos e sofrimentos incalculáveis à nação. Pugnano por soluções democráticas imediatas, ergue a bandeira da libertação nacional, da reforma agrária radical, de um regime de democracia popular rumo ao socialismo.

C.C. do P.C do Brasil